

Contextualização do programa Prazer em Ler

Por **Alais Ávila**

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora de educação do Instituto C&A

Iniciamos, ao final do ano de 2004, um trabalho de reflexão e aprofundamento sobre a dimensão do impacto dos investimentos do Instituto C&A, na perspectiva das organizações sociais, parceiras e aliadas à nossa causa. A partir deste trabalho, constatamos que era necessário impulsionar o investimento social, de modo a promover a integração e sinergia das distintas linhas de investimento do Instituto C&A (este procedimento permite gerar o equilíbrio entre crescimento e risco, de forma a potencializar recursos, talentos e trabalho, em vez de dispersá-los) e também para assegurar a visibilidade pública da organização.

Outra orientação para esse momento foi a de pensar sobre a expansão territorial da empresa, em sua correlação com o trabalho de associados voluntários, que são, na verdade, os agentes estratégicos para o cumprimento da missão social do Instituto C&A. Assim, **novas estratégias de atuação, em um cenário com novas lojas e novas cidades, começam a despontar, tendo em vista o propósito da empresa de dar ao seu Programa de Voluntariado uma cobertura nacional, com atuação em todas as unidades da C&A no país.**

Em razão do aumento de escala do Programa de Voluntariado e da necessidade de impulsionar o investimento social, com efetivo impacto sobre nossa causa, estreitamos ainda mais os vínculos entre Instituto e Empresa, na busca de objetivos de médio e longo prazos. Juntos estamos a pensar o Instituto C&A até o ano de 2015.

Esta sinergia resultou na efetividade de um planejamento estratégico, ainda em curso, apontando-nos para a viabilidade de gerir as ações do Instituto C&A na perspectiva de programas e projetos.

••••

O nosso maior desafio foi pensar em um programa com tema de apelo social e de mobilização nacional, passível de atuação interna e externa ao Instituto C&A, de melhor compreensão para voluntários e não-voluntários, e coerente com as demandas sociais.

A escolha de um eixo temático para a constituição de um programa, com as características acima indicadas, nos orientou para um trabalho cuidadoso de pesquisa sobre a realidade educacional do país e nos confirmou sobre uma dada situação que sabíamos de antemão: **que as condições para o domínio dos códigos básicos de cidadania, quais sejam o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, não foram alcançadas.**

Não vamos aqui falar de números – eles estão distribuídos nos milhares de textos que versam sobre o tema, e isto já deve ser do domínio daqueles que arregaçaram as mangas e se colocaram a postos para melhorar a educação do país. Realmente, não dá para cruzar os braços quando, em tempos de mudanças de paradigmas civilizacionais, a Organização das Nações Unidas (ONU) nos informa que entramos neste milênio com 1 bilhão de analfabetos absolutos e 100 milhões de crianças sem escola. Não precisamos ir tão longe para saber disso.

No cotidiano de nossas vidas nos deparamos com situações de indivíduos que, mesmo tendo passado pelo ensino fundamental e médio, estão longe de se afirmarem como sujeitos alfabetizados, no sentido amplo do termo, ou seja, **aquele indivíduo que é capaz de ler e escrever, de interpretar e de reproduzir criticamente o lido.**

Também é neste mesmo tempo de mudanças, que requer competências e habilidades específicas para a sociedade da informação, que ouvimos falar em hipertexto, isto é, leitura em várias direções e em profundidade, quando, o nosso país, no dizer de Santana⁽¹⁾, está povoado de “hipoleitores” – aqueles que estão entre o analfabetismo e o analfabetismo funcional. Este mesmo autor diz que o analfabeto funcional é a pessoa que, **em decorrência do tipo de ensino que teve, não se tornou capaz de compreender o que lê e de se comunicar por meio da escrita.**

Por que crianças e adolescentes, mesmo passando pela escola, se tornaram “hipoleitores”? Reduzir a resposta apenas ao tipo de ensino que tiveram oculta uma situação da educação brasileira, cujas determinantes foram historicamente construídas. Por mais de três séculos e meio, as crianças e os adolescentes pobres no Brasil ficaram à margem das políticas que lhes garantissem direitos e proteção, agravando-se mais ainda este quadro quando ideologias em torno do fracasso escolar são elaboradas, fazendo com que as pessoas afetadas pelas injustiças sociais sintam-se como responsáveis pelo fracasso de suas vidas.

Há uma nova orientação, a partir da Declaração de Hamburgo⁽²⁾, que nos orienta a pensarmos a educação como uma das chaves para o século XXI – esta orientação **é a de concebermos a educação como um direito ao longo de toda a vida.** Não mais apenas para crianças, adolescentes e jovens, mas também para as suas famílias, em suas comunidades. Logo, aquele momento da alfabetização torna-se um passo inicial, o começo, na expressão de Wertheim⁽³⁾, de *uma longa trajetória de ler e de ver o mundo, com lentes que vão se ampliando para melhor decifrar a realidade.*

Colocados à parte os discursos correntes acerca da necessidade de melhorar a qualidade da educação no país e os números que reforçam as estatísticas educacionais em torno do tema, o que aí conseguimos destacar relaciona-se à questão da leitura e da escrita. Na faixa que compreende o ensino fundamental há dois gargalos em que se concentra a maior parte da repetência: na primeira e segunda séries, por não conseguir alfabetizar, e na quinta série, por não conseguir garantir o uso eficaz da linguagem. Quando não há a repetência, efetua-se a progressão automática, sem resolver a questão. Assim chegamos aos dados alarmantes de analfabetos ou analfabetos funcionais, constatando, fundamentalmente, que a formação de leitores no Brasil está inscrita em um contexto histórico, político, econômico e cultural, requerendo uma análise cuidadosa de todos esses fatores.

Acreditamos ser o nosso dever atuar sobre algumas das situações críticas da educação, buscando aí alcançar impactos positivos. Há 15 anos promovemos a educação de crianças e adolescentes das comunidades onde atuamos, e nisto tem consistido a nossa missão. Assim, investir na promoção da leitura tornou-se um objetivo estratégico da empresa C&A e do Instituto C&A, por guardar nítidas interfaces na luta contra o analfabetismo, por ser um dos caminhos mais fecundos para o desenvolvimento e construção de nossa autonomia, enquanto sujeitos e cidadãos de nosso tempo.

Aqui está parte das orientações iniciais que culminaram com a decisão estratégica da empresa C&A e do Instituto C&A em investir na promoção da leitura. Assim nasceu o programa Prazer em Ler.



O programa Prazer em Ler e a qualidade da mediação

A definição de um programa de promoção de leitura, de âmbito nacional, cujo raio de ação viesse atender a voluntários e demais funcionários da empresa C&A, comunidades, instituições educativas afins a esta área temática, constitui-se em uma tarefa de grande porte, exigindo a participação de parceiros técnicos para a sua concretização. Assim, coube ao Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) a elaboração do programa, com seus fundamentos, suas orientações para a prática, a capacitação dos educadores mediadores, publicações e tantas outras mais incumbências que um programa como este comporta. Foi uma realização em tempo recorde, diálogos intensos e profícuos com a equipe do Instituto C&A, e os resultados já começam a ser sentidos nos 64 projetos espalhados por todo o país e na ação voluntária, no interior das unidades C&A.

No I Encontro de Formação de Educadores Mediadores de Leitura, de 8 a 10 de fevereiro deste ano, apresentamos às organizações sociais parceiras o programa Prazer em Ler, com sua estrutura e proposta, e fizemos sugestões para a prática. Também apresentamos o desenho indicado para as unidades C&A, cujo formato encontra-se explicitado na Agenda do Voluntariado⁽⁴⁾. Dando continuidade a esta formação, de modo a retroalimentar a prática em curso nos projetos, reiteramos nosso princípio fundamental, que é preservar a identidade e autonomia de nossos parceiros, reconhecendo seus valores e potencialidades. Também em relação aos educadores das organizações sociais, especificamente os que se acham envolvidos neste processo de formação, aqui denominados de educadores mediadores de leitura, outro princípio estrutural é considerá-los sujeitos ativos, autores de sua prática, protagonistas da ação com crianças e adolescentes, em seus projetos específicos. Assim temos um amplo espectro de projetos diferenciados, segundo as características próprias de cada instituição parceira, coroando, com êxito, a proposta do programa Prazer em Ler.

De um modo sucinto, o programa Prazer em Ler se define por ser uma iniciativa da C&A/Instituto C&A, com o **objetivo de apoiar e promover projetos de estímulo às práticas de leitura, em diferentes espaços institucionais, envolvendo voluntários da C&A, educadores das instituições parceiras, escolas e comunidades, na perspectiva de formar leitores e gosto pela leitura**. Este é o eixo central do programa, ou seja, **formar o leitor**, o qual, para Edson Gabriel Garcia⁽⁵⁾ (p:22), é *“este sujeito manhoso que desenvolve sua própria história de leitura, seu tempo de aprender a ler, de aprender a gostar de ler. Desconfiado, o leitor aprende a ler quase sempre na escola, e na própria escola, muitas vezes, aprende a desgostar de ler”*.

Há neste dizer de Garcia uma lógica da subjetividade e que está incorporada nos princípios que defendemos quando se trata da formação de leitores: **o de que a opção pela leitura se dá na liberdade de escolha, sem obrigatoriedade**. Opção e liberdade são valores que dão o tom ao prazer em ler. Mas isto não significa deixar o tempo fluir e esperar que o ato de tomar um livro e realizar a sua leitura seja tão natural como se bebesse um copo com água. Voltemos a Garcia (p:22), quando afirma: *“o leitor é esse sujeito dialógico (...) que se sente à vontade em espaços onde é estimulado, que reage bem quando é provocado por outras mediações e mediadores”*.

A mediação é uma categoria-chave dentre os padrões de qualidade eleitos para a constituição do ambiente de leitura⁽⁶⁾. O gosto por ler, por aprender, imaginar e descobrir não surge do fato de se freqüentar espaços de leitura,

mesmo que tenham conforto, com um rico e diversificado acervo de livros. O gosto pela leitura está intimamente relacionado a boas práticas de mediação, o que vem dar à pessoa do mediador uma função primordial.

No dicionário de Antônio Houaiss, *mediador é quem serve de intermediário, de elo, que se incumbe de encontrar soluções para desacordos entre partes*, e tem a finalidade de fazer uma composição amigável entre as partes. De fato, em se tratando de uma pessoa que busca estratégias de mobilização para levar outra pessoa ou pessoas à leitura, a função de um elo que busca fazer uma composição amigável entre o sujeito da leitura e o livro é perfeita. Garcia (2006) orienta o mediador a estabelecer atividades pensadas, planejadas, organizadas e propostas para esse fim e que despertarão os aprendizes de leitura para esse fim (p:50).

Michelle Petit⁽⁷⁾, em sua obra “Novas Aproximações aos Jovens e à Leitura”, afirma que o mediador pode ser um professor, um bibliotecário, um documentarista, ou às vezes um livreiro, um prefeito, um trabalhador social ou um animador social voluntário, um militante social, ou até mesmo um amigo. Mas não se pode menosprezar a importância que tem a família na sua função de mediadores iniciais entre a criança e o livro. A autora destaca também a importância da familiaridade com os livros desde a mais tenra idade, da presença física dos livros nos lares das crianças, de sua manipulação, o que vai contribuir, provavelmente, para a sua transformação em leitores.

Uma boa mediação é feita de encontros bem-sucedidos, em que o mediador, levado por sua paixão e por seu desejo de compartilhar o gosto de ler, o transmite em uma relação personalizada. Petit aprofunda o sentido desta relação ao afirmar que o mediador é alguém que acolhe, que recolhe as palavras do outro e com ele estabelece um vínculo parecido com o amor, sem deslizar-se para uma mediação do tipo pedagógico. Por isso o seu papel é o de estabelecer pontes. Ele está em uma posição chave para levar os principiantes da leitura a acertarem em suas escolhas e para isso o conhecimento do acervo é fundamental. O mediador então se associa ao que um jovem disse sobre o que é uma biblioteca ideal: *é aquela que quando entramos para buscar um certo livro, encontramos outro* (Petit,2003,186).

Mediar a leitura nem sempre é ler histórias para que possíveis futuros leitores venham a desenvolver o gosto pela leitura. Em muitas das vezes, a pessoa que somos, apaixonadas por livros e por textos, permite que a aproximação do leitor aprendiz com o livro aconteça. As fórmulas nunca estão prontas e as receitas nem sempre funcionam.

⁽¹⁾ SANTANA, Afonso Romano de. “Leitura: das armadilhas do óbvio ao discurso duplo”. In: PRADO, Jason& CONDINI, Paulo (org). *A Formação do Leitor: pontos de vista*, Rio de Janeiro, Argus, 1999.

⁽²⁾ UNESCO. *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos*, 1997.

⁽³⁾ WERTHEIN, Jorge. “A UNESCO e a formação do leitor”. In: *A Formação do Leitor: pontos de vista*, Rio de Janeiro, Argus, 1999.

⁽⁴⁾ *A Agenda do Voluntariado é uma publicação do tipo agenda-calendário, contendo as informações básicas para a ação voluntária.*

⁽⁵⁾ GARCIA, Edson Gabriel, coordenador e idealizador da obra *Prazer em Ler: um roteiro prático-poético para introduzir qualquer um e quem quiser nas artes e artimanhas das gostosices da leitura*. Publicação do Instituto C&A, 2006.

⁽⁶⁾ *Para a avaliação do programa Prazer em Ler foram eleitas as seguintes categorias: participação, criação e organização do ambiente de leitura, qualidade do acervo, práticas de leitura, práticas de mediação, registro e documentação, produções realizadas e identidade e visibilidade social do espaço de leitura.*

⁽⁷⁾ PETIT, Michèle. *Nuevos acercamientos a los jóvenes y la lectura*. México, Fondo de Cultura Económica, 1999.